

70 ANOS DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE JUIZ DE FORA¹

Virna Lúcia Fernandes Braga

Os trabalhos acadêmicos sobre a história da classe operária no Brasil, bem como sobre o sindicalismo, estiveram desde os anos 50 submetidos a modelos resultantes de interpretações de cientistas sociais e políticos. Apesar de importantes para a reconstrução histórica do movimento operário brasileiro, estes trabalhos marcaram tão profundamente as investigações posteriores que terminaram por caracterizar o operariado como “sem consciência de classe”, e os sindicatos como “corporativistas e cupulistas”.

Entretanto, no final dos anos 70, devido a uma conjuntura de crescente mobilização social e política, iniciaram-se esforços na tentativa de se repensar o sindicalismo corporativo no Brasil, principalmente através da interdisciplinaridade entre História, Antropologia, e Ciências Sociais. Trabalhos como o de E. P. Thompson, sobre a formação da classe operária inglesa, foram fundamentais para as revisões historiográficas sobre o tema.

A análise de Thompson propõe demarcar o lugar do trabalhador no mundo da produção, na sociedade, e frente à política nacional. O ato de organização traz em si o processo de criação de uma identidade coletiva. As associações são capazes de “implementar um comportamento operário que abarca o trabalhador dentro e fora de seu local de trabalho”, proporcionando um sentimento de pertencimento que irá marcar sua atuação.

Sob esta perspectiva, procuro desenvolver uma análise calcada nas diversas peculiaridades que o pertencimento a uma determinada coletividade é capaz de despertar. Busco ainda, destacar passagens relacionadas ao aparecimento do que se pode identificar como forma primária de reivindicação de direitos, e de luta contra a exploração dos patrões.

Esta comunicação aponta elementos relevantes do trabalho de resgate da trajetória histórica e institucional do SINPRO/JF, que completou 70 anos em setembro de 2004. Seguindo as orientações legais, pelo menos até a década de 60, o sindicato objetivou melhorar as

condições do professor na cidade, promovendo a conscientização gradativa da sociedade e da própria categoria.²

A tentativa de organizar a vida econômica e social do país segundo os princípios do *laissez-faire* expandiu-se, teoricamente, da abolição do trabalho escravo, em 1888, até 1931, quando Vargas anuncia a necessidade da intervenção do Estado na vida econômica, com o objetivo de estimular a industrialização e o crescimento da economia nacional. Se na Primeira República as demandas dos trabalhadores eram fortemente reprimidas pelo poder público, no pós-30 a elite irá alterar essa ordem, reorganizando a esfera de acumulação.³

É neste contexto, de criação de políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento capitalista brasileiro, através da progressiva interferência do Estado no processo produtivo, que é fundado, em setembro de 1934, o Sindicato de Professores em Estabelecimentos Particulares de Juiz de Fora. Sendo uma das primeiras associações de professores do Brasil, o sindicato apresentou, nas primeiras décadas de existência, uma forte base legalista e cristã. Assentados em uma postura conservadora, os professores eram, em sua maioria, extremamente aversivos ao envolvimento das atividades sindicais à movimentação política.

Como liderança, e um dos fundadores, o Dr. Benjamin Colucci, advogado e professor, pode ter reforçado esta característica legalista do sindicato, somando-se a isto a conjuntura nacional, que certamente contribuiu para um distanciamento das discussões políticas. O ano de 1934 foi marcado por intensas mobilizações operárias, que ecoaram em algumas áreas de classe média. Greves aconteceram em importantes cidades do país, paralisando setores de transportes, comunicações e bancos.

De 1935 a 1937, o Estado Novo apenas aguardou o momento de se tornar uma realidade; a desmobilização das classes trabalhadoras pela violência, e pela inserção na ordem corporativa, foram mecanismos utilizados pelo Governo para conter manifestações de insatisfação.⁴ O sindicato deixou de funcionar em assembleias gerais no ano de 1937 “por ordem de autoridades superiores”, porém sua diretoria se reuniu regularmente.⁵

Em 1937 os professores moveram sua primeira ação trabalhista contra a Academia de Comércio, escola confessional, que demitiu sem justa causa o Prof. Arthur Henriques Maranhães, funcionário do colégio há 16 anos. No mês de outubro, a Junta de Conciliação e Julgamento do Ministério do Trabalho proferiu a sentença: o estabelecimento de ensino deveria indenizar o professor com a quantia de 8.131\$200 (oito contos cento e trinta e um mil e duzentos réis). Com a recusa do colégio em efetuar o pagamento, o sindicato contratou um advogado de Belo Horizonte para resolver o caso. Somente em 1940 a Academia de Comércio pagou o que devia ao Prof. Maranhães.

Amparados pelas leis trabalhistas, iniciaram um trabalho objetivando a divulgação de suas atividades sindicais. O Dr. Colucci, junto com o Prof. José Correa Barbosa, organizou comissões com o intuito de informar aos diretores de colégio de “que não eram elementos subversivos, queriam apenas defender seus direitos”. Se a legislação trabalhista, para um enorme contingente de operários industriais, sofria grandes entraves em sua aplicação, para a categoria de professores não havia leis específicas que pudessem orientá-los nas relações patrão/empregado.

É na década de 40 que o movimento dos professores inicia uma escalada de fortalecimento, caminhando junto com o Governo, nos moldes do sindicalismo oficial. A submissão à pauta político-ideológica do corporativismo colaboracionista começa a mudar através da instituição da CLT, em 1943, e principalmente, do intercâmbio com o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

As assembleias se dinamizam, e os professores falam de “uma remuneração melhor em vista da situação atual”, e ainda que “o professor é culpado de sua situação, às vezes deprimente, por não querer lançar mão do direito que lhe assiste de reclamar, junto aos inspetores, quando se julgar prejudicado”. Na comemoração de 10 anos de fundação do sindicato de Juiz de Fora, o presidente da associação do Rio de Janeiro, Sr. Wladimir Villard Digno, fez um discurso onde expressou a necessidade de união e esforço conjunto:

*(...) concitou a todos os professores a trabalharem, com todas as forças d'alma, afim de que o professor brasileiro consiga se colocar no lugar que merece. Falou das dificuldades, quase insuperáveis que surgirão contra nossa atuação, da oportunidade em se manterem ligados, amistosamente, o Sindicato de Juiz de Fora com o do Rio, propondo mesmo que se promova intercâmbio cultural por meio de conferências, palestras e visitas.*⁶

O Governo Dutra foi de forte desmobilização, as assembleias cessam em 26/08/1945, retornando em 03/11/1950. Mesmo não sofrendo intervenção, a ameaça da repressão violenta fez com que os professores paralisassem suas atividades, ocorrendo somente duas assembleias durante todo este período.

Durante o segundo governo Vargas, os problemas decorrentes do alto custo de vida levaram a uma série de greves em 1953. Entre elas a greve geral de março, em São Paulo, e a greve dos marítimos, no Rio de Janeiro, Santos, e Belém, no mês de junho. Os trabalhadores reivindicavam um aumento salarial de 60%, mas o conteúdo principal assumido pelo movimento foi o desafio à aplicação do Decreto 9070, que determinava a ilegalidade das greves. Quando a greve se tornou ilegal, com base no referido decreto, a paralisação prosseguiu, estendendo-se por 24 dias.

Em Juiz de Fora, os professores estavam extremamente insatisfeitos com as medidas tomadas pelo Governo, em especial com a Portaria 522, responsável pela regulamentação do salário mínimo da categoria. A nível estadual, a situação também não era favorável. O Governo de Minas estava modificando a lei que regulamentava a aposentadoria dos professores do ensino primário, aumentando o tempo de serviço de 25 para 30 anos.

As atas revelam embates conflituosos entre professores e diretores de colégios, mostrando a recusa destes últimos em cumprir a legislação em vigor. Alegando dificuldades financeiras, os donos de colégios procuravam burlar a aplicação da lei, tentando, diversas vezes, apelar para a importância do “papel do educador perante a sociedade”.⁷

De 1953 até 1956, intensificou-se a luta dos professores em prol da vigência de determinadas portarias, como a 204, que regiam o funcionamento das escolas em todo o Brasil.

O Prof. José Xavier Figueiredo afirmou: “Em função da 204, as aulas iniciavam em 1º de março, indo até o dia 30 de junho, e voltando no dia 1º de agosto, a portaria regulamentava tudo com todos os detalhes: feriados nacionais, remuneração, férias, etc.”

Unidos ao sindicato do Rio de Janeiro, os professores sindicalizados de Juiz de Fora organizaram comissões para fiscalizar cada colégio, mandando ofícios àqueles que não obedeciam à legislação, realizando reuniões permanentes com os diretores para exigir seus direitos. Os contatos com o sindicato carioca aconteciam por intermédio do Sr. Barreto, Presidente da Federação dos Sindicatos da categoria, Barreto era comunista, e segundo o Prof. Xavier “muito entusiasta e lutador”.

O receio da atuação conjunta com militantes comunistas não funcionou, naquele momento, como elemento desagregador. Na verdade, várias atividades se realizaram sob a orientação dos companheiros cariocas, que prestaram assistência sempre que necessário. A parceria só deixaria de ocorrer a partir de 1960, quando os professores de Juiz de Fora decidiram romper com o sindicato do Rio de Janeiro devido à postura “radical” dos mesmos.

O movimento operário e a organização sindical passaram por mudanças neste período, mudanças que iriam se revelar durante o governo de João Goulart. A dificuldade de organizar os trabalhadores dentro da estrutura oficial levou ao surgimento de organizações paralelas como o PUI – Pacto de Unidade Intersindical em São Paulo, e no Rio de Janeiro criou-se o PUA – Pacto de Unidade e Ação.

O posicionamento dos diretores, aliado a conjuntura inflacionária do Governo JK, criou um distanciamento entre os professores e os patrões. O número de sindicalizados cresceu, iniciando uma renovação no sindicato de Juiz de Fora. Os novos associados “possuíam uma postura mais radical, com disposição para o embate com os patrões”, que estavam cada vez mais resistentes às propostas dos professores.

No dia 15 de março de 1959, devido ao não cumprimento do acordo estabelecido com os diretores, o sindicato iniciou seu primeiro movimento grevista. Os salários encontravam-se

sem reajuste desde de 1956, e muitos professores recebiam remuneração inferior ao que era acordado. A paralisação durou 14 dias, com assembleias permanentes.

Os donos dos colégios tentaram buscar consenso, pedindo aos professores que voltassem às aulas “em benefício dos alunos”. Existia ainda a preocupação com a legalidade do movimento, e o receio de represálias aos grevistas, na forma sanções e descontos. Depois de várias reuniões e discussões, para análise das propostas de ambas as partes, a greve chegou ao fim no dia 29 de março, sendo vitoriosa para o sindicato de Juiz de Fora.

Ângela de Castro Gomes, em “A Invenção do Trabalhismo”, ressalta a concepção de cidadania vinculada a sindicalização dos trabalhadores. Estes deviam se sindicalizar, conhecer seus direitos, reivindicá-los por meio de sindicatos e líderes atuantes. Desta forma, sentiam-se participantes das decisões políticas, manifestando gratidão ao governo.⁸

Entretanto, isto não significou uma paralisia dos conflitos sociais. Os trabalhadores estavam conscientes de seus direitos, assumindo um papel ativo nos rumos políticos do país. Os professores de Juiz de Fora possuíam capacidade de mobilização, poder de barganha, e potencial grevista, como mostraram através da greve de 1959. Isto não se deveu apenas às licenças paternalistas do Governo, mas sim ao desenvolvimento de uma cultura de solidariedade gerada em meio às lutas por melhores salários.

As reivindicações imediatas podem ter sido uma motivação inicial para que atuassem de forma combativa. Porém, no decorrer do processo de enfrentamento com o patronato, estreitou-se a convivência, ampliando-se a comunhão de ideais e objetivos, que ultrapassaram o aspecto meramente econômico do movimento.

Com o golpe de 64, as atividades sindicais passaram por um período de estagnação, e as direções das décadas de 60 e 70 tiveram que conviver com um movimento vazio e sem representatividade. Somente na década de 80, com a redemocratização, o sindicato recomeçou a mobilizar-se através de uma chapa composta por militantes do PT e PC do B, vitoriosa em 1983. Seguindo a linha ascendente dos movimentos sociais, que cresceram vertiginosamente

naqueles anos, ampliaram-se os limites de atuação.

Vários debates sobre as condições de trabalho dos professores, e da educação no Brasil, realizaram-se em conjunto com o SIND-UTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação) unindo professores do Estado e do Município. Nas negociações com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais (SINEPE), a maior parte das reivindicações foi negada: paridade, ou seja, reajustes salariais à base de 69% (os patrões insistiam em oferecer o índice oficial de 58,2%); piso para professora primária, e estabilidade.

Depois de 27 anos, no dia 20 de maio de 1986, os professores voltaram a paralisar suas atividades, reunindo a Rede Pública e Particular de ensino. Cerca de 90% das escolas aderiram ao movimento através de uma passeata, acompanhada por pais e alunos, e escoltada pela polícia militar. Esta manifestação colaborou para que, em 1988, o sindicato aumentasse sua base, agregando os professores da Rede Municipal de ensino.

Se o estudo de casos regionais tem possibilitado uma renovação na história dos trabalhadores brasileiros, podemos afirmar que a trajetória do SINPRO/JF não é uma exceção. Mesmo não sendo trabalhadores manuais, mesmo não estando no chão da fábrica, os professores de Juiz de Fora deram provas de organização e combatividade, colaborando para a ampliação do debate sobre as relações existentes no mundo do trabalho.

¹ Esta comunicação é resultado da coleta de fontes para a dissertação de mestrado em História, na Universidade Federal de Juiz de Fora, linha de pesquisa “Poder, Mercado e Trabalho”, orientador Prof. Dr. Ignácio Godinho Delgado.

² Foram transcritos dois livros de atas do sindicato, desde sua fundação até a década de 70. A leitura destes livros, e as entrevistas, realizadas com professores sindicalizados nas décadas de 40 e 50 revelam o perfil conservador: eram católicos, em sua maioria, atuando dentro dos limites legais.

³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 71.

⁴ VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 203.

⁵ Livro de Atas nº 1. p. 17.

⁶ Idem. p. 49.

⁷ Idem. p. 164. É importante ressaltar que, a maior parte das escolas de Juiz de Fora, neste período, era confessional: Instituto Granbery da Igreja Metodista, Colégio Santa Catarina, Colégio Santos Anjos, Academia de Comércio, entre outros. Este fator era utilizado como desculpa para não aumentar a remuneração dos professores.

⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/ IUPERJ, 1998.